

TAYSE MICHELLE CAMPOS DA SILVA

POVO:

POTIGUARA

NASCIMENTO:

1985

FORMAÇÃO ESCOLAR:

**MESTRE EM ANTROPOLOGIA PELA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO
GRANDE DO NORTE (UFRN) E
LICENCIATURA EM HISTÓRIA PELA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO
GRANDE DO NORTE (UERN)**

HISTÓRIA DE VIDA

Tenho dois filhos de 10 anos que não são gêmeos. Moro na minha comunidade, Amarelão, com o meu companheiro, José Carlos Tavares, que também tem dois filhos de outra relação. A família só cresce. Tenho duas irmãs, uma faleceu em 2012 em consequência de problemas cardíacos. Hoje somos apenas duas irmãs de minha mãe Ivoneide, eu e Liziane, de 23 anos, que tem uma filhinha de 7 anos, Ágata. Essa é minha família.

Sou filha de uma professora e um agricultor (Seu Francisco Felipe, já falecido), duas lideranças comunitárias. Comecei a participar do movimento social por influência dos meus pais, aos 14 anos, em espaços de discussão sobre políticas públicas, de convivência com o semiárido (nossa comunidade está localizada em uma região semiárida), do movimento de mulheres. Sempre tive liberdade de escolha, fui muito decidida e independente graças à criação que recebi dos meus pais. Nunca me permiti baixar a cabeça para situações difíceis nem me intimidei diante de situações de opressão e violação dos meus direitos. Acho que o fato de ser mulher e de ter mulheres admiráveis na minha família, como minha mãe e minha irmã, sempre me deu forças para lutar pelo acesso e garantia dos nossos direitos.

SER MULHER

Ser mulher interfere bastante, por exemplo, nos meus posicionamentos sobre vários temas históricos. Sinto uma inquietação ao constatar a necessidade de uma escrita acadêmica contemporânea sobre a história das Mulheres indígenas no estado, mas não só contemporânea, faltam trabalhos acadêmicos sobre a história das Mulheres indígenas.

No momento, o tema de estudo mais importante que me recorde foi “O massacre encenado”, “O massacre de Cunhaú e Uruaçu”. A lei N° 8.913, sancionada em 2006 pelo governo norte-rio-grandense, decretou a existência de um feriado estadual dedicado aos mártires católicos mortos durante os massacres promovidos por holandeses e indígenas da região. Como pode um Estado que se diz laico sobrepor uma religião à outra? Lembro que nessa pesquisa apontei questionamentos como: Será que podemos atribuir somente aos indígenas a responsabilidade do ocorrido? Será que esse evento não era comum em tempos de guerra e disputas por território? Quem é beneficiado com a propagação desse discurso de mártires? Não seriam os indígenas também mártires de sua cultura? Não foram eles os mais atingidos durante a colonização, que tiveram de abandonar seus costumes, crenças e território em favor de um projeto político e religioso dos colonizadores?

Percebendo, então, a grande necessidade de escrita acadêmica contemporânea sobre os povos indígenas do RN, bem como sobre a história das Mulheres indígenas no estado, resolvi trabalhar o tema Organização Feminina do Amarelão. Através de diálogos orais com sujeitos da comunidade, soube que um dos momentos mais difíceis economicamente para a comunidade foram as décadas de 1970 a 1990, quando a maioria dos homens saiu da comunidade em busca de trabalho, e as mulheres e crianças que permaneceram eram responsáveis por toda a organização e decisões comunitárias. Como consequência deste momento, hoje as discussões políticas participativas e de tomadas de decisão na comunidade estão a cargo das mulheres. Por tudo isso, fiz o seguinte recorte temático para trabalhar na minha pesquisa: “Como as mulheres indígenas do Amarelão se organizavam nas décadas de 1970 a 1990?”.

O que mais me motivou quando fiz este recorte temático foi a necessidade que existe hoje de um trabalho acadêmico mais voltado para as especificidades das comunidades indígenas locais (RN). Mas também me preocupei, claro, com as fontes que poderia acessar e se teria condições de trabalhar com essas fontes de forma aprofundada. Então fiz um levantamento das fontes mais acessíveis e que me ajudariam durante a pesquisa a resolver a problemática aqui exposta.

Não costumo planejar o futuro, sou de pensar e fazer de imediato. Mas tenho um plano para o futuro, e tomara que um futuro bem próximo: descansar bastante!

TRAJETÓRIA

Desde meus 14 anos participo de discussões e movimentos sociais. De 2009 a 2014 trabalhei com uma ONG, a AACC (Associação de Apoio às Comunidades do Campo), que atua com programas e projetos de convivência com o semiárido. Atuei como facilitadora de cursos de Gerenciamento de Recursos Hídricos e como Auxiliar Administrativa. Também trabalhei com várias coisas diferentes, como artesanato, Educação de Jovens e Adultos, Programa Mova Brasil do Instituto Paulo Freire, entre outros. No movimento local, sempre atuei auxiliando as demais lideranças do Amarelão em todas as linhas de discussão política (saúde, educação, terra e território, meio ambiente, gênero). Desde 2013 sou Coordenadora Administrativa da Associação Comunitária do Amarelão – ACA. Hoje continuo atuando no movimento indígena, dentre outros espaços. Estou como presidente do Conselho Local de Saúde Indígena, que abrange as comunidades de Assú, Amarelão, Serrote de São Bento/João Câmara e Tapará/Macaíba, e trabalho com Ensino Infantil na minha comunidade.

ESTUDOS

Adiei bastante o ingresso na universidade, principalmente por causa do meu envolvimento em tempo integral com o movimento indígena, mas fiz vários cursos voltados para Políticas Públicas, Gestão, Informática e Movimentos Sociais. Até que minha mãe me deu um ultimato para que eu prestasse vestibular. Primeiro fiz o Enem, passei e me inscrevi no PROUNI para conseguir uma bolsa para estudar Direito. Meu objetivo era me especializar em Direitos Indígenas para ajudar no movimento aqui no RN. Consegui a bolsa integral, mas desisti do curso porque não queria morar em Natal para estudar, porém ainda não desisti da área, talvez no futuro eu continue. Um ano depois prestei vestibular para Gestão Ambiental (que era minha área de trabalho na ONG AACC), mas não se formou a turma no pólo de João Câmara, EAD ECON, na modalidade ensino à distância. Enfim prestei vestibular para Licenciatura em História, na UERN, e passei. Sempre gostei muito de História e me identifico com o curso para fazer dessa experiência uma oportunidade de contribuir com estudos acadêmicos voltados para a história da minha comunidade.

POVO POTIGUARA

O Amarelão, localizado no município de João Câmara, região semi-árida do estado do Rio Grande do Norte, é uma das cinco comunidades indígenas do estado identificadas e delimitadas pela FUNAI -que é a primeira etapa do processo de regularização de Terras Indígenas.. Somos da etnia Potiguara, e junto com os Potiguara do Catu/Canguaretama e os Caboclos/Assú, fomos os primeiros a iniciar a luta por regularização de terras e por políticas públicas diferenciadas para povos indígenas no Rio Grande do Norte. Sempre participamos do Movimento Indígena estadual e nacional.

Uma dessas lideranças da minha comunidade atendia pelo nome de Mendonça, e virou uma referência para nós e uma forma de nos diferenciarmos do resto da sociedade. Somos identificados como comunidade Amarelão porque nossos antepassados cultuavam o Sol, subiam uma serra de madrugada e esperavam o Sol aparecer. Então desciam a serra cantando e tocando as maracás (instrumento de música feito com cabaça), e se referiam ao Sol como “o Amarelão”. Hoje nós somos conhecidos não como “os índios”, mas como “os Mendonças do Amarelão”. Temos 279 famílias, 926 pessoas (censo comunitário realizado em novembro de 2015), que vivem basicamente dos benefícios da castanha de caju.

A cultura e as tradições que nunca se perderam são: o casamento entre parentes de sangue (primos), aqui ainda é raro um Mendonça casar com uma pessoa que não seja Mendonça (independentemente de ser índio ou não); comer tanajura; comer caça somente com farinha e não misturar com outros alimentos como arroz, feijão (não praticamos a caça predatória); os hábitos alimentares: tapioca, macaxeira, beiju, a carne assada no fogo a lenha etc. Temos trilha com escritas rupestres na comunidade, artesanato, Toré (dança indígena Potiguara), entre muitas outras coisas.

Hoje, no RN, oito comunidades indígenas reivindicam regularização de suas terras: Amarelão, Serrote de São e Assentamento Santa Terezinha/João Câmara, Sagi-Trabanda/Baía Formosa, Catu (que fica na divisa entre Goianinha e Canguaretama), os Caboclos de Açú, Taparará em Macaíba e Apodi. Não são todos de etnia Potiguara, em Taparará a etnia é Tapuia e em Apodi são Tapias Paiacús. Mas, com certeza, há muito mais índios que ainda não estão organizados no movimento indígena do estado. Em cada comunidade é uma realidade diferente, são pessoas que trabalham em atividades diferentes, estudam, cuidam da família,

se divertem. Mas uma coisa é igual: o respeito pela terra, pela comunidade e pelos parentes. O Amarelão tem ligação direta com a maioria dessas comunidades, nos comunicamos e nos relacionamos muito bem. Também temos contato com várias organizações indígenas, como, por exemplo, a APOINME [?] Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, organização essa que representei como Coordenadora Microrregional no RN, de 2009 a 2015.

POLÍTICA INDIGENISTA E MOVIMENTO INDÍGENA

Ser indígena nos dias de hoje é ter que ser resistente! O Estado brasileiro tem uma dívida de 516 anos com os povos nativos desse território e não faz grandes esforços para pagar essa dívida. Enquanto nossos gestores forem apenas massa de manobra da elite opressora e dominadora (os bancos, os empresários, empreiteiras, agronegócio, bancada ruralista e religiosa, entre outros), a política indigenista nunca vai sair do papel.

A FUNAI, apesar das muitas falhas (comuns, infelizmente, a todos os órgãos públicos no Brasil), tem um papel importantíssimo na luta pela promoção e proteção dos direitos dos povos indígenas. Não é de hoje que o Governo brasileiro vem tentando sucatear, descredibilizar e criminalizar a FUNAI, para assim enfraquecer os movimentos indígenas e tentar concluir o processo de “assimilação” dos povos indígenas que iniciou com a colonização no século XVI. Enfraquecendo a FUNAI para que não consiga desenvolver as ações junto aos povos indígenas, o governo consegue colocar a população indígena contra o órgão, e assim facilita, para os maiores interessados, a extinção da FUNAI. Não podemos esquecer que a FUNAI é um órgão público, e que

devemos cobrar direto do governo que a mesma tenha condições de atender às demandas dos povos indígenas. Poderia começar com o Presidente da FUNAI sendo escolhido pelos representantes indígenas dentro do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI), e não pela bancada ruralista. Acredito que o movimento indígena nacional não vá permitir que a FUNAI seja extinta, como propõem vários projetos de lei apresentados e em tramitação no Congresso Nacional.

Acho que os próprios indígenas devem se conscientizar de que essa prática da tutela oferecida/proposta pelo Estado brasileiro já deu provas suficientes de que não é boa para nós, uma vez que coloca os indígenas como incapazes. Respeito a opinião dos que querem ser tutelados, mas não entendo nem concordo de forma alguma (nem meu povo) com essa tutela.

Tenho muitas opiniões sobre a alteração do Estatuto do Índio, começando por retirar do antigo Estatuto a parte que considera os povos indígenas como “relativamente capazes”, sendo tutelados por um órgão estatal; e o seu primeiro artigo, que tinha como objetivo “integrar os índios à sociedade brasileira, assimilando-os de forma harmoniosa e progressiva”. A Constituição de 1988, dando um novo tratamento aos povos indígenas, reconhece sua identidade cultural própria e diferenciada (organização social, costumes, línguas, crenças e tradições), assegurando a eles o direito de permanecerem índios, e explicita como direito originário (que antecede a criação do Estado) o usufruto das terras que tradicionalmente ocupam (segundo a Constituição, cabe ao Estado zelar pelo reconhecimento desses direitos coletivos e passa, então, da tutela de pessoas para a tutela de direitos). A revisão do Estatuto do Índio é uma das principais demandas dos povos indígenas hoje no Brasil, ao lado da demarcação das terras.

O RN ainda não tem nenhuma Terra Indígena demarcada. As comunidades ainda têm muitos problemas, e a maioria desses problemas se agravam a cada dia. As políticas públicas específicas para os povos indígenas já criadas (de Saúde – SESAI, SASISUS; Educação – Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena, Coordenação Nacional de Educação Escolar Indígena, Territórios Etno-educacionais; Meio Ambiente – como a PNGATI), devem ser executadas de acordo com as demandas específicas de cada povo, de cada território, e isso não está sendo respeitado. A demarcação das terras vem sofrendo ataques a cada dia, a exemplo da PEC 215 e da Portaria 303. O que estamos vendo é que o mesmo Estado que cria e assegura direitos, viola e tira esses direitos. Os indígenas já deram provas (diárias) mais que suficientes, à sociedade e ao Estado brasileiro, de que têm muito a ensinar à sociedade brasileira e, no entanto, somos vistos como um problema ou ignorados. Mas nem isso vai fazer com que os movimentos e organizações indígenas desistam de lutar pelos seus direitos. Atualmente só temos a comemorar o fato de ainda estarmos vivos e de termos forças para lutar.

São várias especificidades da questão feminina, em se tratando das mulheres indígenas. No RN, a maioria das lideranças indígenas são mulheres que lutam por direitos e políticas específicas, que participam de movimentos feministas, que atuam na defesa dos direitos do seu povo. E cada uma dessas mulheres, em suas comunidades/aldeias, aponta para especificidades locais e luta para conquista e garantia de direitos que vem sendo negados pelo Estado brasileiro. A criação do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI) representou enorme avanço para o movimento indígena, como um espaço que ainda está sendo construído. A luta não vai ser fácil para que esse conselho torne, de fato, um espaço de tomada de decisão, de consulta prévia, e não apenas de deliberação.

PATRIMÔNIOS

Sou artesã, mas não tenho produzido por falta de tempo. Nós trabalhamos com colares, pulseiras, brincos, filtros dos sonhos, tiaras, maracás, com sementes e fio encerado; produzimos para nosso uso e comercializamos na própria comunidade quando recebemos visitas de outros grupos e em algumas feiras de artesanato fora da comunidade. São poucas pessoas na comunidade que produzem esse tipo de artesanato. Não é necessariamente uma fonte de renda, uma vez que não produzimos direto para comercializar. Temos um grupo de artesanato indígena na comunidade Motyrum Caaçú; em 2008 fomos premiados pelo Prêmio Culturas Indígenas/Minc, edição XicãoXukuru.

Nós, lideranças da minha comunidade, estamos estudando junto com alguns parceiros, professores de universidades públicas, nas áreas de História, Arqueologia e Antropologia, com o objetivo de construir um projeto, na Associação Comunitária do Amarelão, para organizarmos vários documentos/monumentos que contam a história da comunidade e criarmos um museu aberto às pessoas de fora da comunidade, mas sobretudo disponível às nossas crianças e jovens. Sem as mulheres não existe história. Não podemos pensar em patrimônio histórico ou cultural de um povo sem considerarmos o importante papel da Mulher na sociedade e na construção e manutenção da História. Buscamos uma forma de disseminar e perpetuar a Cultura, os costumes, as crenças. Para nós não é só um termo, significa uma troca de saberes, de experiências, uma multiplicação de conhecimentos. O patrimônio é rico, amplo, inter/multicultural e, ao mesmo tempo, pouco valorizado pelas sociedades e pelas políticas de promoção cultural.